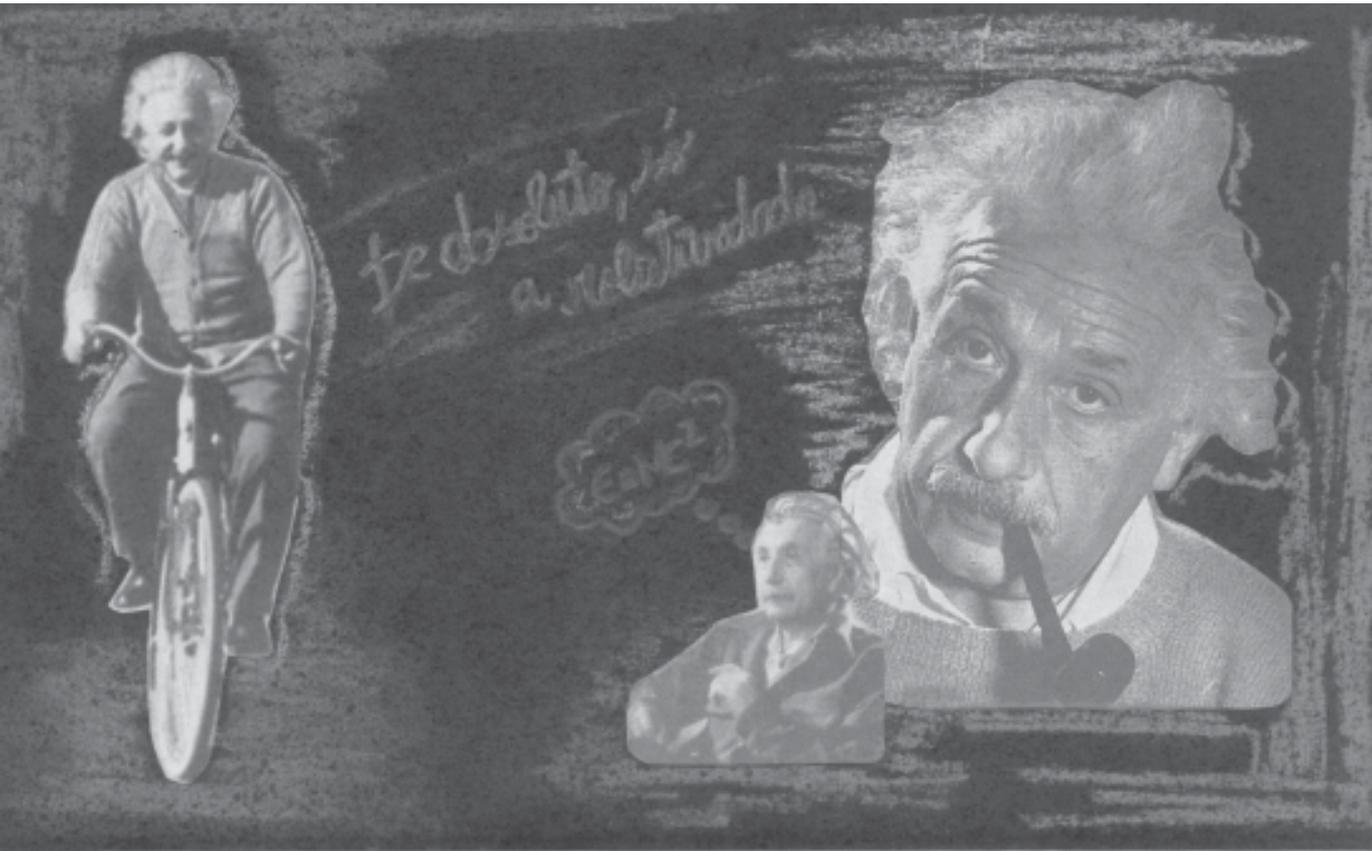


EINSTEIN E A POLÍTICA

pensamento e ação



Olival Freire Jr.

O pensamento político de Albert Einstein não foi por ele sistematizado num livro específico, mas está presente em testemunhos esparsos, artigos, cartas, discursos dedicados a temas como pacifismo, colaboração entre nações, perigo nazista, direitos civis, socialismo. Merece análise seu posicionamento face à ameaça às liberdades civis durante o período macarthista, quando suspeitas de professar o comunismo repousaram sobre ele e cujas investigações constam nos arquivos do FBI. Vale lembrar ainda seu apoio ao físico David Bohm, exilado no Brasil por três anos, no início da década de 1950, e seu engajamento na luta contra a discriminação racial dos negros norte-americanos. Enfim, uma reflexão sobre o contexto vivenciado por Einstein e sobre questões contemporâneas nos Estados Unidos da América, evidencia uma preocupante atualidade das inquietações políticas do fundador da teoria da relatividade.

Introdução

Ilustração de abertura

Laíse Moraes

Convidado a escrever um artigo sobre Einstein e política, pensei que este convite poderia me levar a duas possibilidades bem diversas. A primeira seria procurar por um pensamento político sistematizado. Isso, contudo, não seria encontrado nos textos publicados por Einstein, ainda que ele tenha escrito um número significativo de artigos e discursos dedicados a temas como pacifismo, colaboração entre povos e nações, direitos do povo judeu, ameaça nazista, ameaça às liberdades civis, socialismo. Tais textos foram sempre escritos como respostas a situações concretas e se tomados fora dessas situações parecerão contraditórios entre si. Dois exemplos podem ilustrar o que digo. Ele defendeu o pacifismo e o desarmamento das nações na década de 1920 mas, na década seguinte, defendeu que as nações democráticas precisavam estar preparadas para enfrentar a ameaça nazista também no terreno militar, e essa foi a razão da carta que escreveu em 1939 ao Presidente Roosevelt, alertando para os riscos de que a Alemanha nazista chegasse primeiro à construção da bomba atômica, e conclamando os Estados Unidos para se antecipar nesse processo. No imediato pós segunda guerra, ele conclamou os judeus a buscarem não a construção de um estado próprio, mas um espaço de convivência com os árabes na Palestina; contudo, no início da década de 1950, na seqüência do ataque de vários estados árabes (Egito, Síria, Iraque, entre outros) ao recentemente criado estado de Israel, passou a apoiar a existência desse estado. Exemplos desse tipo sinalizam então para a segunda possibilidade de reflexão sobre Einstein e política. Ao invés de esperar um pensamento político sistemático, podemos aceitar a mesma sugestão que ele recomendava para se entender o que era a física teórica: ao invés de analisarmos o que o físico teórico diz de sua própria atividade, devemos analisar o que ele realmente faz.¹

Entretanto, ainda restava um problema prático. Einstein adotou posições políticas desde o início da Primeira Guerra Mundial até os seus últimos dias, em 1955. Como analisar e resumir tal escala temporal nos marcos de um artigo? Face a essa questão, a minha resposta foi a escolha de temas e períodos menos presentes na imagem pública construída de Einstein, mas igualmente importantes para a nossa compreensão da sua ação política. Deixo de fora deste artigo, portanto, o Einstein defensor do pacifismo, da cooperação entre os povos, dos direitos do povo judeu, da luta anti-nazista, da paz mundial; e me concentro

¹ "If you want to find out anything from theoretical physicists about the method they use, I advise you to stick closely to one principle: don't listen to their words, fix your attention on their deeds." EINSTEIN, A. On the method of theoretical physics. In: FRENCH, A. P. (org.), *Einstein - A Centenary Volume*. Cambridge: Harvard University Press, 1979. p. 310-314.

no Einstein defensor das liberdades civis, nos Estados Unidos, na década entre o final da Segunda Guerra e seu falecimento. Penso que esta escolha pode ser mais informativa ao leitor, mas também penso que ela guarda uma estranha atualidade, desde que ameaças análogas àquelas criticadas e enfrentadas por Einstein estão de novo presentes no cenário dos Estados Unidos.

A defesa das liberdades ameaçadas

A Guerra Fria que sucedeu a Segunda Guerra Mundial foi marcada nos Estados Unidos por uma verdadeira histeria anticomunista, alimentada pela chegada dos comunistas ao poder na China e pela explosão da primeira bomba atômica soviética.² Usualmente essa histeria tem o nome de macartismo, por referência ao Senador Joseph McCarthy, o qual se notabilizou através de sua atuação em Comissão do Congresso. A histeria, contudo, veio de antes, e sobreviveu ao Senador McCarthy, sendo melhor descrita como o ambiente político-cultural dominante nos Estados Unidos até pelo menos a segunda metade da década de 1950. Por essa razão, para melhor entendermos a expressão histeria anticomunista é preciso realçar que o substantivo aqui é a histeria, um estado não racional que tomou conta de parcelas influentes da elite norte-americana. O alvo principal foi o setor da intelectualidade posto sob suspeição de inclinações comunistas. Este setor incluía artistas, cientistas, professores e funcionários públicos. A partir da explosão da bomba atômica pelos soviéticos, o problema adquiriu um foco mais delimitado. Criou-se a idéia de que os soviéticos tinham construído a bomba porque espíões teriam revelado o “segredo” da bomba para os soviéticos. Nesse contexto, os físicos, e em especial os físicos teóricos passaram a ser considerados como o “elo mais fraco” da segurança americana, aqueles que detinham o “segredo” e eram propensos a divulgá-lo para os soviéticos.³

A histeria, contudo, encontrou resistências tanto de um bom número das vítimas, como de um certo número de pessoas que compreenderam que aquele processo, mais que uma perseguição a comunistas, era uma ameaça às próprias liberdades civis. A resistência das vítimas se expressou muitas vezes na recusa a responder aos inquéritos das comissões do Congresso, sob a alegação de que a constituição dos Estados Unidos assegurava o direito do cidadão de não se submeter a interrogatórios que pudessem levar a uma auto-incriminação. Evidência de que a histeria não era restrita ao

² PAIS, Abraham. *Einstein Lived Here*. New York: Oxford University Press, 1994. p. 236. Edição brasileira: *Einstein viveu aqui*, tradução de Carolina Alfaro. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1994.

³ KAISER, David. *The Atomic Secret in Red Hands? Cold War Fears of Theoretical Physicists*, 2004 (no prelo).

Senador McCarthy e seus seguidores é o fato de que o pior acontecia depois da intimação para depor na referida comissão, com as pessoas sendo demitidas de seus empregos, e não só empregos no estado, mas também em universidades e instituições variadas. Para muitas dessas vítimas, a resistência prosseguiu na forma de processos jurídicos visando a recuperação de seus direitos. Como disse anteriormente, também houve resistência entre aqueles que, mesmo não sendo suas vítimas imediatas, viram nesse processo uma ameaça às liberdades individuais. Albert Einstein foi o mais notável deles.⁴

⁴ A resistência empreendida por Einstein está documentada em pelos menos dois livros. O primeiro é o já citado livro de Abraham Pais, que foi físico, colega de Einstein em Princeton, e autor de importantes obras de cunho histórico, entre as quais uma biografia de Albert Einstein e outra de Niels Bohr; o segundo é *The Einstein File*. New York: St. Martin's Press, 2002, escrito pelo jornalista Fred Jerome.

Sua manifestação mais importante foi, seguramente, a carta que endereçou a William Fraeunglass, um professor de inglês da Escola Secundária James Madison, no Brooklyn, New York. Este foi intimado a depor em uma outra comissão do Senado, a propósito de aulas que tinha ministrado anos antes. Ele tomou a decisão de não comparecer à comissão, argüindo ser um direito constitucional não responder questões relativas a filiações políticas. Fraeunglass foi em seguida demitido de seu emprego pela prefeitura da cidade. Procurado pelo professor demitido, Einstein lhe endereçou uma carta na qual assinalava que a mesma não precisava ser mantida em sigilo. De fato, a carta foi divulgada na primeira página do *The New York Times*, em 12 de junho de 1953. Pela relevância desse documento, parece interessante transcrever a matéria publicada:

“Recusar a Testemunhar”, Einstein aconselha intelectuais intimados pelo Congresso.

Artigo por Leonard Buder

Dr. Albert Einstein, em uma carta divulgada ontem, disse que todo intelectual intimado por um comitê de investigação do Congresso, deveria se recusar a testemunhar, e “estar preparado para ir para a prisão, para a ruína econômica, para o sacrifício de seu bem-estar pessoal no interesse do bem-estar cultural de seu país.”

Ele declarou que “é vergonhoso para um cidadão inocente se submeter a tal inquisição,” e que “este tipo de inquisição viola o espírito da Constituição.” O físico mais destacado do mundo externou seu ponto de vista em uma carta a um professor de inglês de New York que está enfrentando a demissão do sistema escolar devido a sua recusa em testemunhar no Subcomitê de Segurança Interna do Senado. O professor William Fraeunglass, da James Madison High School, tornou pública a carta do Dr. Einstein, a qual

continha um pós-escrito afirmando que não precisava ser mantida como confidencial. Entrevistado pelo telefone em sua residência, em Princeton, N. J., Dr. Einstein confirmou a carta que foi lida para ele. Em resposta a uma pergunta, ele afirmou que se recusaria a testemunhar se chamado a um comitê congressional.

Mr. Fraeunglass, um professor de escola secundária por mais de 23 anos, escreveu ao Dr. Einstein, em 9 de maio,

e se referiu a uma declaração que o cientista havia feito recentemente, na qual se descreveu como “um incorrigível não conformista” em um “campo remoto de atividade” que nenhum comitê do Senado havia se preocupado em incomodar.

O professor do Brooklyn relatou então que em 24 de abril havia sido intimado a comparecer ante o subcomitê do Senado em função de aulas que tinha ministrado seis anos antes, em curso de formação organizado pelo Comitê de Educação. O curso, sobre “Técnicas de Ensino Intercultural”, foi criticado por uma testemunha no comitê como sendo “contrário aos interesses dos Estados Unidos.”

“Com fundamento na Constituição, eu me recusei a responder questões sobre filiação política,” escreveu

Mr. Frauenglass, observando que agora estava sendo demitido com base na secção 903 do estatuto da cidade. Esta secção determina que sejam consideradas vagas as posições dos funcionários municipais que se recusem a responder solicitações oficiais com base na proteção fornecida pela Quinta Emenda da Constituição.

“Uma afirmativa sua,” disse o professor, “seria muito útil na mobilização dos educadores e do público para enfren-
tar esse novo ataque obscurantista.”

'Refuse to Testify,' Einstein Advises Intellectuals Called In by Congress
By LEONARD BUDER
New York Times (1857-Clevedo file) Jan 12, 1953; ProQuest Historical Newspapers The New York Times
pg. 1

'Refuse to Testify,' Einstein Advises Intellectuals Called In by Congress

By LEONARD BUDER

Dr. Albert Einstein, in a letter made public yesterday, said that every intellectual called before a Congressional investigating committee should refuse to testify, and "must be prepared for jail and economic ruin, in short, for the sacrifice of his personal welfare in the interest of the cultural welfare of his country."

He declared that "it is shameful for a blameless citizen to submit to such an inquisition," and that "this kind of inquisition violates the spirit of the Constitution."

The world's foremost physicist made his views known in an exchange of correspondence with a New York teacher of English who is facing dismissal from the school system because of his refusal to testify before the Senate Internal Security subcommittee. The teacher, William Frauenglass, of James Madison High School, made public Dr. Einstein's letter, which bore

the postscript that it need not be considered confidential.

Reached by telephone at his home in Princeton, N. J., Dr. Einstein confirmed the letter, which was read to him. He said, in response to a question, that he would refuse to testify if called before a Congressional committee.

Mr. Frauenglass, a high school teacher for more than twenty-three years, wrote to Dr. Einstein on May 9 and referred to a statement the scientist had made recently in which he described himself as "an incorrigible nonconformist" in a "remote field of endeavor" that no Senatorial committee had as yet felt impelled to tackle.

The Brooklyn teacher then related that on April 24 he had been called before the Senate subcommittee as a result of lectures he had given six years earlier at an

Continued on Page 9, Column 2

Reproduced with permission of the copyright owner. Further reproduction prohibited without permission.

O jornal estampa em seguida a carta de Einstein:

Cientista explica seu ponto de vista

A resposta do Dr. Einstein, datada de 16 de maio, foi a seguinte:

Caro Senhor Frauenglass,

Obrigado por sua comunicação. Por "campo remoto", eu me referi aos fundamentos teóricos da física.

O problema enfrentado pelos intelectuais deste país é muito sério.

Os políticos reacionários têm conseguido instilar no público suspeitas sobre as atividades intelectuais, associando-as com perigos sem fundamento.

Tendo obtido êxito até aqui, eles buscam agora suprimir a liberdade de ensino e privar de suas posições todos aqueles que não se revelem submissos, isto é, levá-los à morte pela fome.

O que deve a minoria de intelectuais fazer contra essa ameaça diabólica? Francamente, eu só vejo o caminho revolucionário da não-cooperação, no sentido de Gandhi. Todo intelectual intimado por um desses comitês deveria se recusar a testemunhar, isto é, ele deve estar preparado para a prisão e para a ruína econômica, em suma, para o sacrifício de seu bem-estar pessoal, no interesse do bem-estar cultural do país.

Esta recusa deve estar baseada na afirmativa de que é vergonhoso para cidadãos inocentes se submeter a tal inquisição, e que este tipo de inquisição viola o espírito da Constituição.

EINSTEIN COUNSELS: 'REFUSE TO TESTIFY'

Continued From Page 1

in-service course for teachers arranged by the Board of Education. The course, on "Techniques of Intercultural Teaching," was criticized by a committee witness as being "against the interests of the United States."

"On principled constitutional grounds I refused to answer questions as to political affiliations," Mr. Frauenglass wrote, noting that he now faced dismissal under Section 903 of the City Charter. This section vacates the positions of city employes who refuse to answer official questions by pleading the protection of the Fifth Amendment to the Constitution.

"A statement from you," the teacher's letter said, "would be most helpful in rallying educators and the public to meet this new obscurantist attack."

Scientist Explains Views

Dr. Einstein's reply, dated May 16, was as follows:

Dear Mr. Frauenglass:

Thank you for your communication. By "remote field" I referred to the theoretical foundations of physics.

The problem with which the intellectuals of this country are confronted is very serious. The reactionary politicians have managed to instill suspicion of all intellectual efforts into the public by dangling before their eyes a danger from without. Having succeeded so far they are now proceeding to suppress the freedom of teaching and to deprive of their positions all those who do not prove submissive, i. e., to starve them.

What ought the minority of intellectuals to do against this evil? Frankly, I can see only the revolutionary way of non-cooperation in the sense of Gandhi's. Every intellectual who is called before one of the committees ought to refuse to testify, i. e., he must be prepared for jail and economic ruin, in short, for the sacrifice of his personal welfare in the interest of the cultural welfare of his country.

This refusal to testify must be based on the assertion that it is shameful for a blameless citizen to submit to such an inquisition and that this kind of inquisition violates the spirit of the Constitution.

If enough people are ready to take this grave step they will be successful. If not, then the intellectuals of this country deserve nothing better than the slavery which is intended for them.

Sincerely yours,

A. EINSTEIN.

P. S. This letter need not be considered "confidential."

First Letter Revised

Mr. Frauenglass said yesterday that Dr. Einstein also mentioned in the letter that intellectuals should not seek the protection of the Fifth Amendment in refusing to testify. However, the teacher said that Dr. Einstein agreed to his request to delete this statement, and sent him another copy without such mention.

The teacher added that on Monday morning he had traveled to Princeton, and although he did not have an appointment, was permitted to see Dr. Einstein. He said he had told the scientist of his intention to make public the letter, and he quoted Dr. Einstein as saying that he was prepared to go to jail if he should be called before an investigating committee.

Se um número suficiente de pessoas estiver preparado para dar esse grave passo, obterão êxito. Caso contrário, os intelectuais deste país não merecem nada diferente da escravidão que lhes está sendo destinada.

*Sinceramente,
Albert Einstein*

P. S. Esta carta não precisa ser considerada “confidencial.”

O jornalista informa ainda que, segundo o professor, a carta do cientista havia sofrido correção:

Primeira carta revisada

O Sr. Fraeunglass disse ontem que o Dr. Einstein também mencionou na carta que intelectuais não deviam buscar a proteção da Quinta Emenda ao recusar o testemunho. Contudo, o professor disse que o Dr. Einstein concordou com sua solicitação de retirar esta afirmativa, e enviou outra cópia sem tal menção.

O professor acrescentou que na segunda-feira, pela manhã, tinha ido a Princeton, e embora não tivesse entrevista marcada, foi-lhe permitido um encontro com o Dr. Einstein. Ele disse que havia informado o cientista sobre sua intenção de tornar pública a carta. O Dr. Einstein teria dito que estava preparado para ir para a prisão se fosse intimado a comparecer ante um comitê de investigação.⁵

O texto repercutiu intensamente na opinião pública, recebendo apoios e críticas. O apoio mais notável veio de fora dos Estados Unidos. O filósofo britânico Bertrand Russel se manifestou a favor de Einstein, e com sua fina ironia lembrou que, se no passado os norte-americanos não tivessem tido atitude similar àquela pregada por Einstein, ainda hoje os americanos teriam que reverenciar os monarcas britânicos, com o que ele, Bertrand Russel, súdito britânico, teria ficado muito contente.⁶ Dentre as críticas, é de se notar que mesmo alguns setores mais liberais, que manifestavam apreensão quanto ao clima de histeria que havia tomado conta do país, não se posicionaram a favor de Einstein. Tal foi o caso do jornal *The Washington Post*.⁷ Einstein não se curvou à pressão e, das suas várias manifestações posteriores, aquela com maior força de persuasão foi uma declaração ao jornal *The Reporter*, em 18 de novembro de 1954, a qual também merece ser transcrita, pelo seu significado:

⁵ *The New York Times*, 12 de junho de 1953, p. 1. Texto obtido pelo *ProQuest Historical Newspapers*, cortesia da Harvard University.

⁶ “I am compelled to suppose that you condemn George Washington [...] As a loyal Briton I of course applaud this view but I fear it may not win much support in your country.” in PAIS, A. *Op. cit.*, p. 239.

⁷ PAIS, A. *Op. cit.* p. 239.

*Você me pergunta o que eu penso sobre os artigos relativos à situação dos cientistas na América. No lugar de tentar analisar o problema, gostaria de expressar o meu sentimento com uma curta observação: se eu fosse novamente um jovem e tivesse que decidir sobre uma profissão para o meu sustento, não tentaria ser cientista ou professor. Escolheria ser encanador ou caixeiro-viajante, na esperança de encontrar aquele modesto grau de independência ainda possível nas circunstâncias atuais.*⁸

⁸ PAIS, A. *Op. cit.*, p. 240.

A declaração de Einstein teve efeitos práticos entre as vítimas do macartismo, e também repercutiu no seu estado de espírito. Por coincidência, a mesma edição do *The New York Times*, de 12 de junho de 1953, que publicou a primeira carta de Einstein, publicou também a notícia de outro forte desafio às comissões de investigação. O Capitão George Wuchinich, pára-queda herói da Segunda Guerra Mundial, havia sido intimado e compareceu à comissão do Congresso, mas se recusou a colaborar, citou o seu registro de heroísmo e desafiou os inquisidores a responderem onde estavam durante a guerra. Einstein escreveu a Wuchinich solidarizando-se, e os dois trocaram correspondência por certo tempo. Seis meses depois, o engenheiro elétrico Al Shadowitz, também intimado, buscou e obteve apoio de Einstein. Em 16 de dezembro de 1953, compareceu à comissão e não se submeteu ao interrogatório, baseando-se na Primeira Emenda da Constituição norte-americana, e “porque o Professor Einstein orientou-me para não responder.” Pouco depois, outros dois professores de escolas secundárias em New York, Irving Adler e Normand London, também recusaram-se igualmente a colaborar, também apoiados na carta de Einstein. Os Fraeunglass e os Shadowitz visitaram Einstein. Por iniciativa de Tillie Frauenglass, que também era professora, a família registrou o encontro em notas, as quais foram mantidas inéditas por quase meio século. As anotações registram que, no final do encontro, Einstein se dirigiu a William Frauenglass com as seguintes palavras: “obrigado por me ter propiciado a oportunidade de me expressar”, [afirmando que ter escrito a carta] “deu-me uma das mais profundas satisfações de minha vida.”⁹

⁹ Os episódios envolvendo Wuchinich, Frauenglass e Shadowitz estão descritos no livro de Fred Jerome, capítulo “Turning Tides”, p. 233-255.

Einstein, David Bohm e o Brasil

A resistência de Einstein às ameaças às liberdades civis adquiriu o caráter de solidariedade a algumas das vítimas. Um desses casos, o do físico David Bohm, é relevante

também para a história do Brasil. David Bohm era professor na Universidade de Princeton quando foi intimado a depor, em 1949, sobre suas ligações com o Partido Comunista, no período da guerra, quando trabalhava em Berkeley, sob a orientação de Robert Oppenheimer. Bohm compareceu à comissão do Senado, mas se recusou a prestar informações sobre sua posição política. Foi preso por desacato ao Congresso, liberado e posteriormente absolvido pela justiça. A Universidade de Princeton, contudo, decidiu, em meados de 1951, não renovar seu contrato. Bohm, que era amigo de Einstein, buscou seu apoio na tentativa de encontrar um emprego fora dos Estados Unidos, sem sucesso. Nessa altura, o Brasil entrou na história de David Bohm, quando o físico Jayme Tiomno, que finalizava seu doutoramento em Princeton, convidou-o a vir para a Universidade de São Paulo. Einstein foi solidário nesse processo, porque a pedido de Abrahão de Moraes, então Chefe do Departamento de Física da USP, escreveu cartas em defesa de Bohm endereçadas ao Presidente da República, Getúlio Vargas, e ao Governador do Estado, Adhemar de Barros. As cartas foram enviadas a Abrahão de Moraes para serem utilizadas, se necessário. Mas não foram necessárias, e só na década de 1990, devido ao trabalho do pesquisador francês Michel Paty nos Arquivos Einstein, essas cartas vieram a público.¹⁰

¹⁰ Ver FREIRE Jr., Olival. Bohm, Einstein e a ciência no Brasil, in MOREIRA, Ildeu de Castro e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Einstein e o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995. Ver também FREIRE Jr., Olival, PATY, Michel & BARROS, Alberto Luís da Rocha. David Bohm, sua estada no Brasil e a Física Quântica. *Estudos Avançados*, 20, 53-82, 1994.

O envolvimento de Einstein com o Brasil, através de David Bohm, teve outros desdobramentos, apenas indiretamente relacionados com o contexto norte-americano. David Bohm nunca se sentiu à vontade no Brasil. O programa de pesquisa que ele então desenvolvia – uma reinterpretação causal da mecânica quântica – não motivava os físicos, e ele tendia a considerar interessantes apenas aquelas pessoas que partilhavam o seu ponto de vista sobre a mecânica quântica. Sem nenhum interesse prévio pelo Brasil, nem conhecimento anterior sobre o país, quando aqui chegou ficou surpreso porque o Brasil não era tão desenvolvido quanto os Estados Unidos. Além disso, como reflexo dos tempos do macartismo, o Consulado Americano confiscou seu passaporte e declarou que ele só o teria de volta para retornar aos Estados Unidos. Bohm não gostava do Brasil, mas gostava menos dos Estados Unidos, temendo um novo processo caso retornasse. Em 1954, Bohm tinha planos de ir para Israel, e mais uma vez buscou apoio em Einstein, que inicialmente hesitou, argumentando que só deveriam partir para Israel aqueles que quisessem se estabelecer por lá. Para o que nos interessa nesse artigo, cabe assinalar que, na tentativa de convencer Einstein, David Bohm lhe escreveu enfatizando

todas as adversidades que encontrou no Brasil. Deve ser dito que Bohm apontou problemas reais da sociedade brasileira da época, como a corrupção generalizada, mas a ênfase foi excessiva. Ele afirmava que o governo brasileiro não incentivava a pesquisa, e é fato que o apoio era insuficiente, mas Bohm não observou que ele mesmo havia recebido todos os auxílios que havia solicitado ao recém criado Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para trazer ao Brasil físicos com os quais queria interagir, como Jean-Pierre Vigié, Ralph Schiller e Mário Bunge. Einstein respondeu a Bohm com uma sentença curta sobre o papel da ciência e da educação em um país como o Brasil: “O que mais me espanta é o governo brasileiro não fazer nenhuma tentativa séria para tornar os altos estudos mais atraentes – é uma necessidade absoluta para o desenvolvimento técnico. Compare, por exemplo, como o Japão agiu no século XIX.” A relevância das observações de Einstein para o Brasil de hoje explica o fato de que, desde quando essas cartas foram publicadas na *Ciência Hoje*, em 1993, de tempos em tempos a frase é retomada por cientistas ou jornalistas em declarações favoráveis a um maior apoio governamental ao desenvolvimento da ciência no Brasil.¹¹

¹¹ Para a estada de Bohm no Brasil, ver também FREIRE Jr., Olival, “Science and Exile: David Bohm, the hot times of the Cold War, and his lasting struggle for a new interpretation of Quantum Mechanics,” trabalho apresentado no workshop “Migrant Scientists in the Twentieth Century, Universidade de Milão, 20-22 de Junho de 2003. Para a declaração de Einstein, ver FREIRE Jr., Olival, *Op. cit.*, 1995.

O dossiê Einstein no FBI

Abraham Pais usou como epígrafe de seu livro *Einstein Lived Here* a seguinte frase de Einstein, publicada em 1944: “Por que ninguém me entende e todos gostam de mim?” Pais usou essa epígrafe para observar que ela não era inteiramente verdadeira. Registrou que em muitos cursos de pós-graduação a teoria da relatividade já era bem ensinada, e que nem todos gostavam de Einstein. Seu livro traz exemplos disso, como nos episódios que descrevemos relacionados às posições de Einstein em defesa das liberdades civis nos Estados Unidos. Hoje temos muito mais evidências de que o físico não estava inteiramente certo. Eu me refiro ao dossiê que o “Federal Bureau of Information” acumulou sobre Einstein e que recentemente veio à tona, como objeto do livro *Einstein’s File*, de Fred Jerome. Esse livro nos propicia uma outra apreciação dos conflitos entre setores da sociedade norte-americana, e entre o estado americano e o físico Albert Einstein. Não tenho espaço nos marcos desse artigo para uma descrição circunstanciada desse dossiê, nem para descrever a saga do escritor para obter a sua liberação. O que farei aqui é um sumário do que passamos a conhecer com esse livro.

A mais significativa revelação contida no dossiê que o FBI acumulou sobre Einstein é que, no início da década de 1950, o todo poderoso chefe do FBI, J. Edgar Hoover, desencadeou uma investigação visando reunir elementos para apresentar Einstein como comunista, ou como espião a serviço dos soviéticos, e com base nessa documentação iniciar um processo de cassação da cidadania norte-americana, para posteriormente deportá-lo do país. A informação contrasta fortemente com a imagem de Einstein, construída na própria América, que o apresenta como o mais ilustre dos que emigraram da Alemanha nazista e que buscaram a cidadania norte-americana. Por que tal investigação não transpirou à época? Primeiro, porque o próprio Hoover, consciente do prestígio internacional de Einstein, conduziu a investigação no mais absoluto sigilo. Segundo, porque o FBI e outras agências norte-americanas nada encontraram de substancial para fundamentar a denúncia. Terceiro, porque o insucesso da investigação e o crescimento, dentro e fora dos Estados Unidos, da insatisfação com a histeria macartista, além das notícias do agravamento da saúde de Einstein, fizeram com que Hoover decidisse, no início de 1955, arquivar o processo. Hoover não pôde anular o prestígio de Einstein, mas não quis transformá-lo em um santo laico. O dossiê Einstein revela, também, que seus adversários na América estavam em atividade desde antes de sua vinda definitiva para a América. Em 1932, uma associação conservadora de mulheres que haviam lutado contra a introdução do sufrágio feminino desencadeou um violento ataque a Einstein, nas páginas do jornal *The Woman Patriot*. O dossiê dessa associação foi imediatamente encaminhado pelo Departamento de Estado à Embaixada americana em Berlim, e é esse documento que está na origem da quase negativa do visto de entrada a Einstein. Uma tentativa que fracassou porque Einstein havia divulgado à imprensa sua recusa a declarar sua filiação política, tendo estipulado um prazo de 24 horas para a Embaixada decidir a questão. O visto foi concedido.

Fred Jerome teve uma segunda surpresa quando leu o dossiê Einstein. A quantidade e a diversidade das atividades políticas ultrapassavam em muito a imagem pública construída pela mídia de um cientista alienado das preocupações terrenas. Além de atividades em defesa das liberdades civis, da paz mundial e dos direitos dos judeus, outra faceta aparece com nitidez no dossiê. Trata-se da luta de Einstein contra a discriminação racial sofrida pelos negros norte-americanos; uma luta que muitas vezes esteve mesclada com

a luta pelas liberdades políticas. Essa atividade começou antes mesmo de Einstein emigrar para a América. Já em 1931, ele e o escritor Thomas Mann participavam de um comitê alemão em defesa dos negros de Scottsboro, os quais haviam sido condenados à cadeira elétrica no estado de Alabama, em um processo viciado pelo ódio racial. Foi a denúncia do racismo e a defesa das liberdades civis que levaram Einstein a desenvolver uma relação próxima com duas personalidades negras norte-americanas, conhecidas pelos seus talentos e pelas inclinações políticas de esquerda. Como observa Fred Jerome, é uma lástima que tantas biografias de Einstein tenham subestimado suas relações com o historiador W. E. B. Du Bois, e com o atleta, ator, cantor e ativista político Paul Robeson. Com Robeson, Einstein manteve uma duradoura amizade. Nenhuma dúvida pode restar quanto ao fato de que o ativismo de Einstein contra a discriminação racial dos negros norte-americanos irritava profundamente J. Edgar Hoover. Tratava-se, claro, de uma época – antes da luta pelos direitos civis, na década de 1960 – na qual um funcionário público com tal responsabilidade não precisava disfarçar sua postura racista.¹²

¹² Ver JEROME, Fred. *Op. cit.*, p. 127-138.

À guisa de conclusão

O livro de Fred Jerome mostra que muito ainda resta a ser investigado para que tenhamos uma visão multilateral da presença de Albert Einstein na história do século XX. A sua atividade contra a discriminação racial dos negros norte-americanos é exemplo de uma faceta ausente em sua biografia. O desenvolvimento do campo de pesquisa dedicado aos fundamentos da teoria quântica também sinaliza que uma apreciação global da intuição de Einstein acerca das implicações dessa teoria científica ainda está por ser alcançada.

Outra consideração surge quando contrastamos o contexto vivenciado por Einstein com questões contemporâneas nos Estados Unidos da América. A atitude de Einstein ao condenar a histeria anticomunista como uma ameaça às liberdades cívicas foi um gesto visionário. Uma visão de conjunto dos efeitos do macartismo, na vida política e cultural dos Estados Unidos, ainda não foi obtida; e é significativo que apenas nos últimos dez anos tenha aparecido um número expressivo de trabalhos lidando com os efeitos de tal contexto entre os cientistas.¹³ A corajosa posição de Einstein, contudo, guarda uma preocupante atualidade. O modo como os Estados Unidos reagiram ao ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 tem levado

¹³ Uma bibliografia atualizada sobre o tema é fornecida por JEROME, Fred., *Op. cit.* Em especial, ver SCHRECKER, Ellen. *Many Are the Crimes, McCarthyism in America*. New York: Little, Brown & Co, 1998; e WANG, Jessica. *American Science in the Age of Anxiety*. University of North Carolina Press, 1999. O efeito da histeria macartista entre professores é o tema do romance de ROTH, Philip. *I Married a Communist*. New York: Vintage International, 1998. Este livro tem edição brasileira.

muitos analistas a crer que uma semelhante ameaça às liberdades está posta na ordem do dia.

Eu finalizo este artigo com o alerta contido em um insuspeito manifesto: “O 11 de setembro levou a uma suspensão do processo crítico tão essencial para uma democracia: uma discussão franca e completa dos problemas. O Presidente Bush silenciou todas as críticas denominando-as de impatrióticas. Quando ele disse ‘ou você está conosco, ou você está com os terroristas,’ eu ouvi o sinal de alarme. Temo que ele esteja nos levando em uma direção muito perigosa. Nós estamos perdendo os valores que engrandeceram a América.”¹⁴ Trata-se de um manifesto insuspeito porque não foi escrito por adversários dos Estados Unidos, mas sim por George Soros, o multimilionário de origem húngara, naturalizado norte-americano, que se notabilizou no combate ao comunismo.

A denúncia de George Soros não é fato isolado. Duas últimas informações podem ajudar a compor o quadro do que Soros chamou de “direção muito perigosa.” Em abril de 2004, a associação “Union of Concerned Scientists”, que conta com a adesão de vinte detentores do Prêmio Nobel, divulgou relatório intitulado *Scientific Integrity in Policymaking: An Investigation into the Bush Administration’s Misuse of Science*.¹⁵ A tese básica desse relatório é que a administração Bush tem tentado interferir diretamente na condução da pesquisa, a exemplo da contracepção e do combate à AIDS. Além disso, o governo norte-americano tem sistematicamente colocado nos conselhos e consultorias de diversas agências federais, cientistas que se têm destacado não tanto por seus méritos científicos, mas pela sua identificação com as posições políticas conservadoras da administração Bush. No dia 10 de novembro de 2004, um dos editoriais do jornal *The New York Times* alertava para o número de jornalistas – oito – que estão sendo processados, e na iminência de irem para a prisão, porque têm-se recusado a revelar fontes de matérias incômodas a setores da administração pública. O editorial não nega que a responsabilidade primária por tais atos seja dos juízes que estão conduzindo os processos contra os jornalistas, mas, alerta o jornal, em alguns casos é o próprio governo que tem solicitado tais provas. O editorial conclui, afirmando que “provavelmente não é uma coincidência estar ocorrendo esta ofensiva contra a liberdade de imprensa no período de uma administração que tem uma afeição brejneviana pelo sigilo.”¹⁶ Einstein precisaria escrever uma nova carta a Frauenglass, desta vez dirigida aos jornalistas norte-americanos.

¹⁴ SOROS, George – Why We Must Not Re-elect President Bush, disponível em www.GeorgeSoros.com, acesso em 25.10.2004. Infelizmente, a posição de George Soros, expressa no título de seu manifesto, não prevaleceu na eleição. Ver também seu livro, *The Bubble of American Supremacy – The Costs of Bush’s War in Iraq*. New York: Public Affairs, 2004.

¹⁵ O relatório está disponível no site www.ucsusa.org. Acesso em 15.11.2004. O relatório é comentado por Richard C. Lewontin em Dishonesty in Science, *The New York Review of Books*, 51, 18, 2004.

¹⁶ KRISTOF, Nicholas D. Our Not-So-Free Press, *The New York Times*, 10 de novembro de 2004.

Olival Freire Jr. é graduado e doutor em Física e professor do Instituto de Física da Universidade Federal da Bahia e do Dibner Institute for the History of Science and Technology, Massachusetts Institute of Technology (MIT), Estados Unidos. freirejr2001@yahoo.com.br